

A young boy is seen from behind, walking up a set of concrete stairs in a favela. He is shirtless, wearing a blue necklace and olive green shorts, and carrying a blue bag. The scene is bathed in a blue light, with a concrete pillar and some greenery visible on the right.

PROJETO
CIDADANIA ATIVA
E ACESSO À JUSTIÇA

AGENDA DE INCIDÊNCIA DA CHÁCARA DO CÉU, DO MORRO DO BOREL E DA FAVELA INDIANA

Projeto Cidadania Ativa e Acesso à Justiça – Agenda de incidência da Chácara do Céu, do Morro do Borel e da Favela Indiana

Equipe Ibase

DIRETOR EXECUTIVO

Athayde Motta

DIRETORA ADJUNTA

Rita Corrêa Brandão

COMUNICAÇÃO E
MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

Iracema Dantas

SECRETARIA GERAL,
ADMINISTRAÇÃO E PESSOAS

Iris Patrícia Caridade

Equipe do Projeto Cidadania Ativa e Acesso à Justiça (CAAJ)

COORDENADORA GERAL

Rita Corrêa Brandão

PESQUISADORES /
PESQUISADORA

Robson Aguiar

Tauan Satyro

Larissa de Moraes

AUXILIAR DE PESQUISA

Luiz Henrique Souza
Pereira

Equipe do território do Complexo do Borel

SUPERVISOR

Luiz Henrique Souza
Pereira

ARTICULADOR /
ARTICULADORAS

Walesca da Silva

Marques

Clara Graciele Moraes
Silva

Caio Gabriel Alves
Dantas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Agenda de incidência da Chácara do Céu, do Morro do Borel e da favela Indiana / [Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)] ; [coordenação] Rita Corrêa Brandão. – Rio de Janeiro, RJ : Ibase : Coletivo Brota na Laje, 2023. – (Projeto cidadania ativa e acesso à justiça)

ISBN 978-65-992534-8-5

1. Cidadania 2. Desenvolvimento territorial - Brasil 3. Direitos sociais - Brasil 4. Favelas - Rio de Janeiro (RJ) 5. Indicadores sociais - Condições sociais I. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). II. Brandão, Rita Corrêa. III. Série.

23-171577

CDD-361.08153

Revisão: Flavia Leiroz

Fotos: Samuel Tosta/Arquivo Ibase.

Copyright 2023, Ibase

Divulgado sob licença Creative Commons

**Instituto Brasileiro de Análises
Sociais e Econômicas**

Rua da Gamboa, 246

20220-324 — Rio de Janeiro - RJ

www.ibase.br

SUMÁRIO



AGENDA DE INCIDÊNCIA DA CHÁCARA DO CÉU 4

O TERRITÓRIO E A PESQUISA..... 6

DIREITO À EDUCAÇÃO 8

DIREITO À MOBILIDADE 18

DIREITO À SAÚDE..... 24

AGENDA DE INCIDÊNCIA DO MORRO DO BOREL

E DA FAVELA INDIANA.....32

OS TERRITÓRIOS E A PESQUISA..... 34

DIREITO AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA 36

DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL 42

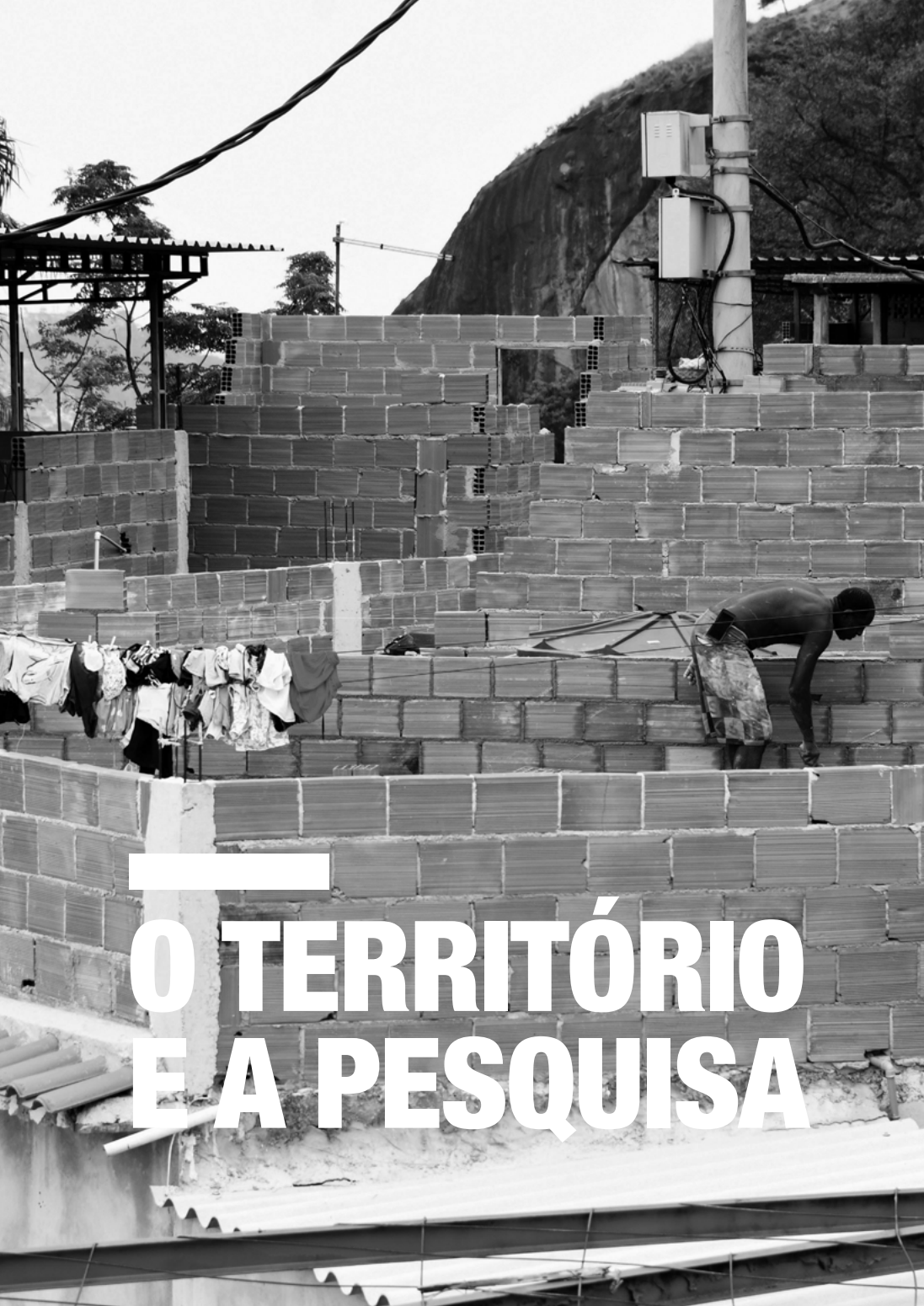
DIREITO À COLETA DE LIXO 46



AGENDA DE INCIDÊNCIA DA CHÁCARA DO CÉU

A construção de uma agenda de incidência tem por objetivo a criação de um instrumento importante para qualificar e dar legitimidade às demandas dos territórios. A agenda é constituída a partir da reflexão e do trabalho coletivo, que envolvem moradoras, moradores e representantes da cidadania ativa local, em um processo que examina as situações/problemas locais, reflete sobre possíveis soluções e traça as estratégias de ações necessárias, incluindo ações cívicas – advocacy e ações de acesso à justiça –, fundamentais para a busca da efetivação de direitos em cada território.

O caminho para a construção desta agenda de incidência teve início, em 2019, a partir da implementação do Projeto Cidadania Ativa e Acesso à Justiça (CAAJ), realizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), em parceria com o Coletivo de Juventude Brota na Laje e financiamento do International Development Research Center (IDRC). O CAAJ tem por objetivo geral impulsionar a participação cidadã, a incidência política e o acesso à justiça de militantes, ativistas e movimentos, possibilitando a participação qualificada e o engajamento cívico da cidadania ativa local e promovendo, assim, a efetivação de direitos.



O TERRITÓRIO E A PESQUISA

Tendo surgido em meados do século XX, a Chácara do Céu é uma favela localizada no bairro da Tijuca, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, e conta com aproximadamente 1.535 moradores e moradoras, segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Está situada no topo dos morros do Borel, Casa Branca, Andaraí e Cruz, sendo uma região de difícil acesso devido à sua estrutura geográfica.

Nos meses de abril e maio de 2022, foi realizada, no território, uma pesquisa por amostragem representativa e de fluxo com 615 moradores e moradoras transeuntes, baseada na metodologia do Sistema de Indicadores de Cidadania do Ibase — Incid — Ibase, como parte do CAAJ. Os dados possibilitaram a construção de indicadores sociais da dimensão Cidadania Percebida, terceira dimensão do Sistema Incid — Ibase, que trata da forma como a população se percebe enquanto cidadã, portadora de direitos e deveres. Assim, a população, com a cidadania ativa local na Chácara do Céu, apontou como principais pontos a serem trabalhados no território ações que visam à efetivação dos direitos à educação, à mobilidade e à saúde.

ASSOCIAÇÃO PROJETO

A black and white photograph of a two-story building. The upper story has a white facade with four windows, each with a dark frame and light-colored curtains. The lower story has a dark facade with a large white sign that reads "ASSOCIAÇÃO PROJETO". Below the sign, there are four windows with dark frames and metal security bars. A person with long dark hair, wearing a light-colored t-shirt and dark pants, stands with their back to the camera, looking at the building. They are carrying a light-colored bag. The building is set against a dark background, and a car is partially visible on the right side of the frame.

RODA VIVA

**DIREITO À
EDUCAÇÃO**

A pesquisa de fluxo revelou que, na Chácara do Céu, existe uma grave situação relacionada ao acesso à educação, sendo apresentado um nível de escolaridade abaixo do esperado em todas as faixas etárias.

Os dados da pesquisa revelam que com relação aos jovens com idade entre 15 e 17 anos, idade-série para se cursar o ensino médio segundo o Ministério da Educação (MEC), 31,6% estão abaixo desse nível educacional (médio incompleto), somados 17,1% com fundamental completo e 14,5% com fundamental incompleto.

Já na faixa etária de 18 a 24 anos, na qual o nível de escolaridade mínimo esperado pelo MEC é o ensino médio completo, temos 29,4% de jovens com médio incompleto; 11% com fundamental incompleto; 3,7% com fundamental completo; 2,9% que nunca estudaram.

Nessa faixa etária, é apresentado também um percentual de 2,9% com graduação incompleta, demonstrando que, entre os jovens dessa idade que conseguem concluir o ensino médio, poucos têm conseguido chegar às universidades.

Quanto às pessoas na faixa etária entre 25 e 29 anos, temos um percentual de 29,4% com ensino médio incompleto; 11,3% com fundamental incompleto; 3,7% com fundamental completo; 2,9% que nunca estudaram.

Ainda nessa faixa etária, temos um percentual de 5,9% com graduação incompleta, mais uma vez mostrando que ainda são muito poucos os jovens e as jovens do território dessa idade que conseguem concluir o ensino médio e que chegam às universidades, sendo válido ressaltar que não tivemos declarações de jovens com graduação completa.

Já quando olhamos para os dados referentes à população com idade entre 30 e 59 anos, os dados mostram que 74,9% não conseguiu concluir o ensino médio, somados com os 36,3%

com fundamental incompleto; 21,5% tem o ensino médio incompleto; 8,8% nunca estudou; 8,3% tem o fundamental completo. Importante ressaltar que apenas 0,5% tem graduação incompleta e 0,5% graduação completa.

Analisando, também, os dados referentes às pessoas com 60 anos ou mais, podemos observar que, nessa faixa etária, apenas 3,9% conseguiram concluir o ensino médio. Já entre os demais, 61,4% nunca estudaram; 30,9% têm fundamental incompleto; 2,9%, médio incompleto; e 1% fundamental completo.

A pesquisa buscou observar, também, os impactos da pandemia na educação, com isso, os dados do indicador de Percepção Sobre Evasão Escolar na Pandemia mostram que 21,8% dos jovens e das jovens do território ou algum familiar precisaram deixar a escola no período da pandemia.

Além disso, o território vive, hoje, grave situação envolvendo o fechamento da única creche existente no território, ocorrido em fevereiro de 2023, em decorrência de denúncia realizada no Ministério Público, em 2015. Isso obrigou as mães a terem que matricular suas crianças em creches fora do território, tendo que lidar com a falta de transporte no local e, por vezes, com a indisponibilidade de arcar com o custo do transporte alternativo.

Cabe ressaltar que a pesquisa contou com questões específicas para as mulheres. Uma delas questionava sobre a existência de locais no território onde as mães que trabalham possam deixar seus filhos, sendo a resposta negativa para 28%. Importante ressaltar que, no momento da pesquisa, a creche estava funcionando e contava com 60 crianças matriculadas.

Nesse contexto, as moradoras e os moradores do território, em diálogo com a cidadania ativa local, apontaram um conjunto de ações relacionadas ao direito à educação para compor a agenda de incidência do território.

Questões e desafios

- O número de pessoas com nível de escolaridade abaixo do esperado em todas as faixas etárias é muito alto.
- O número de pessoas com idade acima de 65 anos que nunca estudaram é alarmante.
- A única creche existente no território encontra-se fechada.

O que queremos alcançar? — metas

- Todas as pessoas jovens e adultas alfabetizadas.
- O direito à creche garantido a todas as crianças.

Quem pretendemos atingir? — público-alvo preferencial

- Toda a população da Chácara do Céu.



O QUE FAZER?	QUEM?	COMO?
Promover a alfabetização de jovens e adultos do território.	Associação Projeto Roda Viva. Associação de Moradores da Chácara do Céu e coletivo de moradoras do território.	Promover a abertura do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) com preparação para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos a ser ofertado pela Associação Projeto Roda Viva. Articular com o poder público a viabilização de oferta do Ensino de Jovens e Adultos em horário noturno no Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI) da Chácara do Céu.
Proporcionar a crianças e adolescentes acompanhamento psicossocial nas escolas.	Associação de Moradores da Chácara do Céu e Associação Projeto Roda Viva.	Agendar reunião com a Secretaria Municipal de Educação.
Promover a reabertura da Creche Chácara do Céu.	Creche Chácara do Céu, Associação Projeto Roda Viva e coletivo de moradoras do território.	Fazer circular abaixo-assinado solicitando a reabertura da creche Fazer circular formulário para conhecimento da situação vivenciada pelas famílias da Chácara do Céu em relação ao acesso à creche. Identificar e contatar parlamentares que possuem pautas relativas ao direito à educação.

PERÍODO – PRAZO			AÇÕES REALIZADAS CONTROLE COLETIVO
CURTO	MÉDIO	LONGO	
Incentivar a participação de moradores e moradoras nas ações políticas. Fazer a divulgação através da Rádio Grande Tijuca. Solicitar, por meio de ofício, reunião com a Secretária Municipal de Educação. Apresentar proposta de implementação do EJA no EDI Chácara do Céu à Secretária Municipal de Educação.	Realizar campanha de incentivo à participação de jovens, adultos e adultas nas turmas de EJA quando implementadas.	Desenvolver e aplicar no território uma avaliação dos impactos do EJA localmente.	Divulgação, através da Rádio Grande Tijuca, da abertura de turma, considerando que o Roda Viva está com uma professora disponível de segunda a sexta, das 13h às 15 h. Ofício Chácara 03/2023 enviado à Secretária Municipal de Educação, em 16 de agosto de 2023, solicitando uma reunião.
Solicitar, em reunião com a Secretária Municipal de Educação, a aplicação da Lei Federal 13.935/2019, que garante a Psicologia e o Serviço Social nas escolas das redes públicas de educação básica.			Ofício Chácara 03/2023 enviado à Secretária Municipal de Educação, em 16 de agosto de 2023, solicitando uma reunião.
Elaborar o abaixo-assinado e recolher as assinaturas. Juntar o abaixo-assinado ao processo. Elaborar o formulário e o recolhimento. Juntar o formulário ao processo de fechamento da creche. Enviar convite à vereadora Luciana	Utilizar o abaixo-assinado em reuniões referentes ao direito à educação no território. Acompanhar o andamento do processo.		Recolhimento de 169 assinaturas para o abaixo-assinado solicitando a reabertura da creche comunitária. Recolhimento de 19 formulários com dados sobre o número de crianças que necessitam de creche. Visita, no dia 12 de maio de 2023, da

O QUE FAZER?	QUEM?	COMO?
		Agendar reunião com a ouvidoria externa da Defensoria Pública. Articular acordo entre as partes envolvidas no processo (Creche, Município e Ministério Público) visando acelerar o andamento do processo.
Aumentar a oferta de vagas em creche e pré-escola no território.	Associação Projeto Roda Viva, Associação de Moradores da Chácara do Céu, coletivo de moradoras do território.	Articular com o município a reestruturação do Espaço de Desenvolvimento Infantil para atender crianças do berçário à pré-escola.

PERÍODO – PRAZO			AÇÕES REALIZADAS CONTROLE COLETIVO
CURTO	MÉDIO	LONGO	
Boiteux (PSOL), da Comissão Municipal de Educação, para participar de encontro no território com o objetivo de conhecer e tratar das demandas relacionadas ao direito à Educação. Apresentar a demanda por creche embasada pelos dados revelados com a pesquisa de percepção realizada pelo Ibase para a vereadora Luciana Boiteux. Organizar com a mandata da vereadora Luciana Boiteux estratégias para acelerar o processo de reabertura da Creche Chácara do Céu. Solicitar reunião com o ouvidor externo da Defensoria Pública. Mobilizar a cidadania ativa local para participar da reunião. Apresentar a situação relacionada ao fechamento da creche para que se possa identificar qual a melhor maneira de agir. Acionar o Ministério Público Estadual e a Secretaria Municipal de Educação para oficializar acordo, a ser anexado ao processo, em favor da reabertura da Creche.			mandata da vereadora Luciana Boiteux ao território para tratar da questão do fechamento da creche e apresentação dos dados da pesquisa Incid – Ibase. Em 22 de maio de 2023, a vereadora Luciana Boiteux esteve no território para tratar da questão da creche e outras demandas relacionadas à educação e se comprometeu em ajudar na articulação pela reabertura da creche com o Ministério Público Estadual. Manifestação do ministério público a favor da reabertura da creche. Realizada reunião, no dia 04 de agosto de 2023, com assessoria da mandata da vereadora Luciana Boiteux para definir ações que possam ajudar na construção de um acordo entre as partes do processo.
	Realizar levantamento do número de crianças do território.	Apresentar proposta ao município.	

que é mobilidade
urbana?

Dificuldades =





DIREITO À MOBILIDADE

A falta de transporte público regulamentado é um problema que afeta a vida da população da Chácara do Céu não apenas no que diz respeito ao direito à mobilidade, mas também é um problema que tem atravessado a garantia de outros direitos, em especial, o direito à educação e o direito à saúde.

Nesse contexto, há um entendimento no território de que a ausência de transporte regulamentado e de qualidade, com horários regulares e equipado com aparelho de bilhetagem eletrônica, para que a população local possa se deslocar, é um dos fatores que dificultam o acesso de crianças e adolescentes a creches e escolas, assim como o acesso, em especial da população mais idosa, ao atendimento médico no posto de saúde de referência, a Clínica da Família Casa Branca, localizada no Morro da Casa Branca.

A população conta apenas com um serviço de transporte não regulamentado que começa a funcionar às 10 horas, o que obriga a população que precisa se locomover antes desse horário a fazer o deslocamento a pé em um percurso que dura, em média, 20 minutos de caminhada para chegar a um local onde consiga ter acesso ao transporte público municipal. É importante ressaltar que se trata de um território cujas características geográficas dificultam o acesso para entrar e sair sem que haja meios de locomoção. Isso ocorre, principalmente, quando consideramos mulheres gestantes, pessoas com criança de colo, pessoas com deficiência, idosos, idosas e crianças.

É válido dizer que o serviço de transporte alternativo por meio de aplicativo não atende ao território. Quando necessário, a população recorre ao serviço ofertado por alguns taxistas da região, que possui uma tarifa predefinida e, por vezes, difícil de ser paga por muitas famílias.

O fato de não ter transporte regulamentado no território com serviço de bilhetagem eletrônica faz estudantes da rede pública de ensino, idosos, idosas e pessoas com deficiência não terem seu direito à gratuidade garantido.

Não à toa, o Indicador de Percepção Sobre Melhoria das Condições de Vida revelou que, ao serem questionados sobre o que poderia ser feito para melhorar as condições de vida no lugar onde moram, com possibilidade de até três respostas entre as dez opções disponíveis, “ter investimento em transporte” ficou em terceiro lugar (10,9%), atrás de “ter investimento em saúde pública” (25,9%) e “ter investimento em ensino” (17,6%).

Questões e desafios

- Não existe serviço de transporte complementar regulamentado no território.
- Não há serviço de transporte com de bilhetagem eletrônica no território.

O que queremos alcançar? — metas

- Regulamentação do serviço de transporte complementar comunitário com implementação do serviço de bilhetagem eletrônica.

Quem pretendemos atingir? — público-alvo preferencial

- Toda a população da Chácara do Céu.

O QUE FAZER?	QUEM?	COMO?
Solicitar Regulamentação do transporte complementar comunitário.	Associação de Moradores da Chácara do Céu e Associação Projeto Roda Viva.	Solicitar reunião com a Secretaria Municipal de Transporte.
	Associação de Moradores da Chácara do Céu e coletivo de moradoras do território.	Fazer circular abaixo-assinado solicitando a regulamentação do transporte complementar comunitário para ser entregue à Secretaria Municipal de Transporte.
Definir proposta de itinerário do transporte complementar.	Associação de Moradores da Chácara do Céu e Associação Projeto Roda Viva	Mobilizar a população do território para discutir e aprovar o itinerário.
		Construir o itinerário proposto com dados georreferenciados com a cidadania ativa local.

PERÍODO – PRAZO			AÇÕES REALIZADAS CONTROLE COLETIVO
CURTO	MÉDIO	LONGO	
Envio de Ofício à Secretaria Municipal de Transporte solicitando reunião.			Enviado ofício, no mês de agosto, à Secretaria Municipal de Transporte solicitando uma reunião em caráter de urgência.
Elaboração de abaixo-assinado e recolhimento das assinaturas.	Entrega do abaixo-assinado à Secretaria Municipal de Transporte.		Recolhido abaixo-assinado com 56 assinaturas.
Capacitação da cidadania ativa local sobre produção de dados georreferenciados.	Utilização do mapa digital nas reuniões qualificadas que forem discutir a questão do direito à mobilidade		Realização do encontro, no dia 10.07.2023, no espaço da Associação Projeto Roda Viva, o encontro de formação para construção de estratégias e ação jurídica/política, sobre Cartografia social e elaboração de mapa da cidadania relacionado ao direito à mobilidade
Realização de mapeamento participativo para definição do itinerário e pontos de parada que irão compor a proposta de regulamentação do transporte complementar. Elaboração do mapa digital com itinerário proposto. Elaboração de um dossiê sobre o direito à mobilidade no território solicitado pelo defensor público da Coordenadoria da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Construir um itinerário que viabilize o acesso da população do território à unidade de saúde de referência localizada no Morro da Casa Branca.		Elaboração, no dia 10 de julho de 2023, de forma coletiva, do itinerário a ser anexado à proposta de regulamentação do transporte complementar. Levantamento, por parte da equipe técnica, dos dados para elaboração do dossiê sobre o direito à mobilidade de moradores e moradoras da Chácara do Céu.



Rio
PREFEITURA

SAÚDE



CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE
CASA BRANCA



O indicador de Percepção sobre o Direito à Saúde, que tem por objetivo verificar se a população recebe atendimento médico adequado quando precisa recorrer aos serviços de saúde, revela que 70,4% da população afirma que não. Já o indicador de Percepção sobre Direito a Saúde na Atenção Básica, que tem por objetivo verificar se a população se sente contemplada pelo serviço ofertado no território, revelou que 71,2% das moradoras e dos moradores consideram que o serviço de saúde na atenção básica não atende às suas necessidades e ao que o restante da população da Chácara do Céu precisa.

Além disso, o indicador de Percepção sobre Participação e Saúde, cujo objetivo é verificar se há conhecimento por parte da população acerca da existência de espaços que promovam discussão sobre saúde com o território nas unidades de referência, teve 97,7% de respostas negativas. O que gerou uma discussão entre moradoras, moradores e Coordenação do Centro Municipal de Saúde (CMS) Casa Branca, unidade de referência para atendimento à população da Chácara do Céu, a respeito do não funcionamento do Conselho Gestor.

Vale destacar que o Centro Municipal de Saúde de referência para atendimento à população residente da Chácara do Céu fica localizado no Morro da Casa Branca, uma área de difícil acesso devido às características geográficas do território e à ausência de transporte público local, o que vem contribuindo para a precarização do direito à saúde da população do território, sobretudo, pessoas idosas, pessoas com deficiência, crianças pequenas e gestantes.

Ainda sobre a pesquisa Incid — Ibase realizada no território, no indicador de Percepção sobre Melhoria das Condições de Vida, quando questionados sobre o que poderia trazer melhorias para as condições de vida no território, a alternativa “ter investimento em saúde pública” apareceu em primeiro lu-

gar, com 25,9% das respostas.

Nesse contexto, as moradoras, os moradores e a Cidadania Ativa local, após um conjunto de debates realizados, programaram ações voltadas para a efetivação do direito à saúde no território, que vão desde ações que dizem respeito à qualidade do serviço prestado até o direito à participação social nos espaços de discussão.

Questões e desafios

- Grande parte das moradoras e dos moradores da Chácara do Céu considera não ter atendimento adequado quando precisa acessar a unidade de saúde de referência, localizada no Morro da Casa Branca.
- Grande parte da população considera que os serviços prestados hoje no Centro Municipal de Saúde Casa Branca não atendem às necessidades da população.
- O Conselho Gestor não está implementado no Centro Municipal de Saúde Casa Branca.

O que queremos alcançar? — metas

- Garantir atendimento adequado na atenção básica de saúde.
- Garantir a participação social nos espaços de discussão da unidade de saúde de referência.
- Tornar público os direitos e deveres dos usuários da saúde, assim como garantir o conhecimento da população a respeito da estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS).

Quem pretendemos atingir? — público-alvo preferencial

- Toda a população da Chácara do Céu.

O QUE FAZER?	QUEM?	COMO?
Implementação do Conselho Gestor.	Associação de moradores, Associação Projeto Roda Viva e coletivo de moradoras do território.	Solicitar a implementação do Conselho Gestor na unidade de saúde de referência.
	Associação de Moradores e Associação Projeto Roda Viva.	Identificar algum parlamentar que possa auxiliar no pedido de implementação do conselho gestor.

PERÍODO – PRAZO			AÇÕES REALIZADAS CONTROLE COLETIVO
CURTO	MÉDIO	LONGO	
Solicitar a implementação do Conselho Gestor.	Garantir a participação popular nas reuniões quando o conselho for implementado.	Garantir a participação de alguma representação local no Conselho Gestor do Município.	Solicitação, durante a roda de diálogo do dia, para que o CMS Casa Branca passasse a realizar as reuniões do colegiado gestor.
Solicitar reunião com o vereador Paulo Pinheiro (PSOL), presidente da Comissão Municipal de Saúde.			Realizada reunião com o vereador Paulo Pinheiro (PSOL) para verificar a existência de alguma normativa que regulamente a implementação do Conselho Gestor nas unidades de saúde. Implementação das reuniões de colegiado gestor do CMS Casa Branca a partir de maio de 2023. Acompanhamento da reunião do colegiado gestor, realizada no mês de julho, com participação da equipe do Ibase. Nessa reunião, foi solicitado que a reunião do mês de agosto ocorresse na localidade da Chácara do Céu. Realização da reunião do colegiado gestor, em agosto, na localidade da Chácara do Céu, na sede do Projeto Roda Viva. Definição de um cronograma sobre o local onde ocorrerão as reuniões do colegiado gestor. Realização do encontro de formação para construção de estratégia de ação jurídica/política, no dia 28 de julho de 2023, na sede do Ibase, sobre participação e saúde.

O QUE FAZER?	QUEM?	COMO?
Garantir o acesso à saúde da população da Chácara do Céu.	Associação de Moradores da Chácara do Céu e Associação Projeto Roda Viva.	Solicitar reunião com a Secretaria Municipal de Saúde.
Informar a população sobre os serviços prestados na Clínica Municipal de Saúde Casa Branca.	Associação de Moradores, Associação Projeto Roda Viva, coletivo de moradoras do território e Centro Municipal de Saúde Casa Branca.	Criar campanha informativa.

PERÍODO – PRAZO			AÇÕES REALIZADAS CONTROLE COLETIVO
CURTO	MÉDIO	LONGO	
Enviar ofício à Secretaria Municipal de Saúde solicitando reunião, em caráter de urgência, para tratar das demandas relacionadas ao direito à saúde no território.	Propor à Secretaria Municipal de Saúde que oficialize o ambulatório existente na Igreja São Sebastião como um espaço de atendimento avançado para atender à população da Chácara do Céu. Solicitar a ampliação da equipe de referência em atendimento à saúde do Centro Municipal de Saúde Casa Branca.		Enviado ofício Chácara 01/2023, em 16 de agosto de 2023, à Secretaria Municipal de Saúde solicitando uma reunião, em caráter de urgência, para tratar das demandas relacionadas ao direito à saúde por parte da população do território.
Articular com a unidade de saúde a produção de uma campanha informativa sobre direitos e deveres dos usuários e das usuárias da saúde sobre os serviços oferecidos no Centro Municipal de Saúde de referência local.	Produzir e distribuir material informativo.		



AGENDA DE INCIDÊNCIA DO MORRO DO BOREL E FAVELA INDIANA

**OS TERRI-
TÓRIOS E A
PESQUISA**

O Morro do Borel está localizado no Bairro da Tijuca, Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro, e sua formação tem início em 1921, a partir da ocupação do território após o processo de demolição do Morro do Castelo, no Centro do Rio de Janeiro, quando um grande número de pessoas se viram obrigadas a migrar para outras áreas da cidade. Com base no Censo IBGE 2010, o território conta com 7.551 moradoras e moradores.

Indiana é uma favela localizada no bairro da Tijuca, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, localizada às margens do rio Maracanã e aos pés do do Morro do Borel. A favela, que resistiu à forte política de remoção imposta pelo estado nos primeiros mandatos do prefeito Eduardo Paes, surgiu em 1957 e conta, hoje, com 887 moradoras e moradores, segundo o Censo de 2010, sendo, por meio da Lei 7.342, de 4 de maio de 2022, declarada Área de Especial Interesse Social para fins de urbanização e regularização fundiária.

Nos meses de abril e maio de 2022, como parte do Projeto Cidadania Ativa e Acesso à Justiça (CAAJ), foi realizada, nos territórios, a pesquisa de percepção, componente do Sistema de Indicadores de Cidadania — Incid — Ibase, por amostragem representativa e de fluxo, ou seja, aplicada a moradoras e moradores transeuntes. Durante a pesquisa, foram entrevistados 896 pessoas que moravam no Morro do Borel e 466 na Favela Indiana. Os dados possibilitaram a construção de indicadores sociais da dimensão de Cidadania Percebida, terceira dimensão do Sistema Incid — Ibase, que trata da forma como a população se percebe enquanto cidadã, portadora de direitos e deveres.

Assim, a população e a cidadania ativa local apontaram como principais pontos a serem trabalhados no território ações que visam à efetivação dos direitos à educação, à mobilidade e à saúde.





DIREITO AO ABASTECI- MENTO DE ÁGUA

O indicador de Percepção Sobre Falta D'água revelou que 34% dos moradores do Borel sofrem com a falta d'água em suas residências, enquanto na Indiana, esse percentual é de 29%, o que aponta para um problema que afeta a vida de boa parte de moradoras e moradores desses territórios.

Além disso, a concessionária Águas do Rio, responsável pelos serviços de distribuição de água e esgotamento sanitário no Rio de Janeiro, comunicou à população local que trabalharia no serviço de infraestrutura da rede de estabelecimento de água tratada e esgoto e, posteriormente, a população passaria a receber uma cobrança, sendo garantido o direito à tarifa social.

Contudo, passados alguns dias, a empresa comunicou às comunidades que começaria a fazer a cobrança pelos serviços de água e esgoto antes de realizar qualquer obra de infraestrutura. A atitude foi imediatamente recusada pela cidadania ativa local, por entender que não há condições da população pagar por um serviço precariamente realizado, considerando que grande parte da rede de distribuição local passa por dentro de valas onde o esgoto é despejado. Diante disso, é imprescindível que a empresa invista no serviço de infraestrutura antes de começar a cobrar pelo serviço.

Neste contexto, a população residente de ambos os territórios e a cidadania ativa local pensaram em um conjunto de ações para resolver a situação com a concessionária e buscar a efetivação do direito ao abastecimento de água, que significa também a garantia do direito ao saneamento básico.

Questões e desafios

- A concessionária responsável pelo serviço de distribuição de água e esgotamento sanitário anunciou que iniciará a

cobrança do serviço prestado no território antes de começar a obra de infraestrutura.

- Parte da população sofre com problema de falta d'água em suas residências.

O que queremos alcançar? — metas

- Garantir o investimento em obra de infraestrutura na rede de distribuição de água e esgoto do Morro do Borel e da Favela Indiana.
- Garantir o abastecimento de água tratada e esgoto para toda a população do Morro do Borel e da Favela Indiana.

Quem pretendemos atingir? — público-alvo preferencial

- Toda a população residente do Morro do Borel e da Favela Indiana.

O QUE FAZER?	QUEM?	COMO?
Garantir o abastecimento de água, a implementação de tarifa social e a obra de infraestrutura na rede de distribuição de água e esgoto sanitário.	Associação Comunitária de Moradores e Amigos do Borel e Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Indiana.	Marcar reunião com a concessionária Águas do Rio. Articular com a ouvidoria externa da Defensoria Pública estratégias de garantia do direito ao abastecimento de água nos territórios do Borel e da Indiana.

PERÍODO – PRAZO			AÇÕES REALIZADAS CONTROLE COLETIVO
CURTO	MÉDIO	LONGO	
Enviar ofício à empresa Águas do Rio pedindo uma reunião no território para apresentação do plano de atuação. Solicitar reunião com Guilherme Pimentel, ouvidor externo da Defensoria Pública. Solicitar à Defensoria Pública que articule a reunião da Águas do Rio com a população do território.	Marcar reunião para mobilizar a população para que esteja presente e apresente suas reivindicações.		Enviado ofício, em agosto de 2023, à Águas do Rio solicitando uma reunião com a população do território para apresentação do seu plano de atuação. Realização da reunião com o ouvidor externo da Defensoria Pública, Guilherme Pimentel, no dia 18 de maio de 2023, quando foi apresentada, por parte da cidadania ativa, a denúncia sobre a prestação de serviços da empresa Águas do Rio. Destaca-se a presença da presidenta da Associação Comunitária de Moradores e Amigos do Borel, Ana Paula. Participação na Rede de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde por parte da Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Indiana. Participação do Ibase como Amicus Curiae na Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria Pública sobre o mínimo vital de água.



DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL



O tema da assistência social é identificado pela cidadania ativa como uma demanda da população do Morro do Borel e da Favela Indiana.

Assim, em roda de diálogo realizada, foram apresentados indicadores de dimensão de Cidadania Garantida, Sistema Incid – Ibase, cujo objetivo é mostrar quais políticas públicas vigentes garantem a cidadania. Com isso, foram apresentados os indicadores de Garantia de Equipe Básica no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e de Garantia de Equipe Básica no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).

O encontro possibilitou a compreensão de que a maior parte dos moradores e das moradoras do Morro do Borel e da Favela Indiana não conhecem os serviços prestados pelos equipamentos de assistência social. O que levou a população e a cidadania ativa local a pensarem em estratégias para sanar esse problema, considerando que, se não há conhecimento a respeito de determinado direito e sobre as políticas públicas que visam a sua garantia, é inviável o exercício da cidadania.

O QUE FAZER?	QUEM?	COMO?
Informar os usuários da Assistência Social sobre os direitos e as formas de denúncias de violações desses direitos.	Fundação São Joaquim, Associação Comunitária de Moradores e Amigos do Borel e Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Indiana.	Realizar uma campanha informativa sobre os direitos dos usuários da Política Nacional de Assistência Social.

Questões e desafios

- As populações do Morro do Borel e da Favela Indiana não têm conhecimento sobre os serviços prestados pelos equipamentos de assistência social.

O que queremos alcançar? — metas

- Garantir para população o conhecimento a respeito dos serviços prestados pelos equipamentos de assistência social, assim como sobre a política de assistência como um dos pilares da seguridade social no Brasil.
- Garantir o controle social desta política pública.

Quem pretendemos atingir? — público-alvo preferencial

- Toda a população residente do Morro do Borel e da Favela Indiana.

PERÍODO – PRAZO			AÇÕES REALIZADAS CONTROLE COLETIVO
CURTO	MÉDIO	LONGO	
Articular com o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) a criação de uma campanha informativa sobre o direito à assistência social.	Definir os meios que serão utilizados para divulgação da campanha. Articular parcerias no território para ajudar na divulgação da campanha.	Identificar, divulgar e incentivar a população local a participar dos espaços de participação social relacionados à assistência social.	Participação da equipe de campo do projeto CAAJ, da Conferência Municipal de Assistência Social, para se informar sobre os debates atuais em relação à política de assistência no município.

A black and white photograph of a narrow alleyway. On the left, a set of concrete stairs leads up a stone wall. On the right, three large, weathered plastic trash bins are lined up. The ground is paved with cobblestones. The overall scene suggests a lack of proper waste management infrastructure in an urban setting.

--- DIREITO À COLETA DE LIXO



O serviço de coleta de lixo é essencial para assegurar a destinação adequada dos resíduos humanos. Trata-se de um serviço fundamental no que diz respeito à garantia do direito coletivo ao meio ambiente, na medida em que, sem ele, as formas de descarte podem afetar os espaços coletivos, prejudicar rios, mares e lagos, contaminar o lençol freático e afetar a saúde da população.

Com base na pesquisa Incid — Ibase, por meio do Indicador de Percepção Sobre Destino do Lixo, identificamos que ao menos 10,3% do lixo da Indiana tem descarte inadequado, considerando o percentual de moradoras e moradores que afirma que o lixo de sua residência é queimado, enterrado, jogado em terreno baldio ou em outro destino inadequado. No Borel, esse percentual é de 4,2%.

As rodas de diálogo, realizadas com a participação de moradoras, moradores e representantes da cidadania ativa local para qualificação dos dados levantados pela pesquisa, possibilitaram identificar que essa situação acarreta grande demanda aos dois territórios, pois as caçambas ofertadas pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) são em número insuficiente para atender à população, que não conta com lixeiras pelos becos e vielas, nem com serviço de coleta que atenda a toda a população.

Outro indicador construído a partir da pesquisa, de Percepção Sobre Espaços Públicos de Qualidade, elaborado a partir do questionamento a respeito da limpeza das ruas, becos e vielas dos territórios, revelou que 71,2% das moradoras e dos moradores do Borel consideram que esses espaços são sujos, enquanto na Indiana, o percentual também é elevado, 65,4%.

Diante desse cenário, foi apontado um conjunto de ações necessárias para modificar a situação, para que seja garantida

a coleta de lixo e para que se evite que a população descarte o lixo em lugares indevidos.

Questões e desafios

- O serviço prestado pela empresa municipal de limpeza urbana nos territórios não tem sido suficiente para atender à demanda da população local.
- Os pontos de coleta são insuficientes para atender a toda a população.
- É necessária a realização de um trabalho de educação ambiental visando alertar a população para os riscos do descarte inadequado do lixo domiciliar.

O que queremos alcançar? — metas

- Garantir o direito à coleta de lixo no território.
- Informar a população a respeito da importância do descarte adequado do lixo domiciliar.
- O retorno do serviço prestado por garis comunitários.
- A ampliação e a melhor distribuição das caçambas utilizadas para descarte do lixo.
- A distribuição de lixeiras por becos e vielas.

Quem pretendemos atingir? — público-alvo preferencial

- Toda a população residente do Morro do Borel e da Favela Indiana.

O QUE FAZER?	QUEM?	COMO?
Garantir o direito à coleta de lixo no território.	Associação Comunitária de Moradores e Amigos do Borel e Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Indiana.	Fazer circular abaixo-assinado solicitando o retorno do serviço prestado por garis comunitários, a ampliação do número de caçambas com melhor redistribuição e distribuição de lixeiras por becos e vielas. Marcar reunião com a Comlurb.
Informar a população sobre os riscos do descarte inadequado do lixo.	Associação Comunitária de Moradores e Amigos do Borel e Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Indiana.	Reunião com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

PERÍODO – PRAZO			AÇÕES REALIZADAS CONTROLE COLETIVO
CURTO	MÉDIO	LONGO	
Elaboração do abaixo-assinado e recolhimento das assinaturas. Enviar ofício à Comlurb solicitando reunião, em caráter de urgência, para tratar das demandas relacionadas ao direito à coleta de lixo nos territórios.	Apresentar o abaixo-assinado nas reuniões e nos encontros relacionados ao direito à coleta de lixo. Marcar reunião para mobilizar a cidadania ativa local para participar e apresentar proposta referente à coleta de lixo no território.		Recolhimento de 228 assinaturas do abaixo-assinado solicitando o retorno do serviço prestado por garis comunitários, a ampliação do número de caçambas com melhor redistribuição e distribuição de lixeiras por becos e vielas. Enviado Ofício Borel e Indiana 01/2023, em 16 de agosto de 2023, à Comlurb solicitando uma reunião em caráter de urgência.
Enviar ofício à Secretaria Municipal de Meio Ambiente solicitando reunião.	Marcar reunião para mobilizar a cidadania ativa local para participar e apresentar proposta de campanha educacional sobre a importância da destinação adequada do lixo e outras questões relacionadas ao meio ambiente, em decorrência da falta de qualidade no serviço de coleta de lixo no território. Definir os meios que serão utilizados para divulgação da campanha e articular parcerias no território para ajudar em sua divulgação.		Enviado Ofício Borel e Indiana 04/2023, em 16 de agosto de 2023, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O QUE FAZER?	QUEM?	COMO?
Incentivar o desenvolvimento de projetos de reciclagem e coleta seletiva e fortalecer os que já existem	Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Indiana	Organizar encontros de formação para construção de estratégias de ação jurídicas/políticas visando a implementação de coleta seletiva no território
Incentivar o desenvolvimento de projetos de reciclagem e coleta seletiva e fortalecer os que já existem.	Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Indiana.	Organizar encontros de formação para construção de estratégias de ação jurídicas/políticas para a implementação de coleta seletiva no território.

PERÍODO – PRAZO			AÇÕES REALIZADAS CONTROLE COLETIVO
CURTO	MÉDIO	LONGO	
Organizar Encontros de formação sobre coleta seletiva Participação da cidadania ativa dos territórios nos encontros de formação	Organizar um plano de gestão de resíduos dos territórios		Realização, no dia 03 de agosto no espaço da Fundação São Joaquim de Assistência Social, do encontro construído a partir da articulação entre a Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Indiana e o Fórum Comunitário de Jardim Gramacho, a partir da demanda apresentada por moradoras(es) do Morro do Borel e Favela Indiana em relação ao direito à coleta de lixo. O objetivo do encontro foi colocar em diálogo catadores do bairro de Jardim Gramacho e pessoas que trabalham com reciclagem no Borel e na Indiana, além das(os) demais moradoras(es) e representantes da Cidadania Ativa local.
Organizar encontros de formação sobre coleta seletiva. Possibilitar a participação da cidadania ativa dos territórios nos encontros de formação.	Organizar um plano de gestão de resíduos dos territórios.		Realização, no dia 03 de agosto, no espaço da Fundação São Joaquim de Assistência Social, do encontro construído com a articulação entre a Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Indiana e o Fórum Comunitário de Jardim Gramacho, a partir da demanda apresentada

O QUE FAZER?	QUEM?	COMO?
Construir o mapa da cidadania – direito à coleta de lixo.	Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Indiana e Associação Comunitária de Moradores e Amigos do Borel.	Mobilizar a população do território para apontar os pontos onde estão distribuídas as caçambas e onde mais acreditam que poderia ter outras. Construir, com a cidadania ativa local, um mapa da cidadania com dados georreferenciados.

PERÍODO – PRAZO			AÇÕES REALIZADAS CONTROLE COLETIVO
CURTO	MÉDIO	LONGO	
			por moradoras e moradores do Morro do Borel e da Favela Indiana em relação ao direito à coleta de lixo. O objetivo do encontro foi colocar em diálogo catadores e catadoras do bairro de Jardim Gramacho e pessoas que trabalham com reciclagem no Borel e na Indiana, além de demais habitantes e representantes da cidadania ativa local.
Capacitar a cidadania ativa local sobre produção de dados georreferenciados. Elaborar mapa digital. Realizar mapeamento participativo visando à construção de um mapa da cidadania que aponte os pontos de coleta de lixo do território. Elaborar um documento sobre o direito à coleta de lixo.	Utilizar o mapa digital nas reuniões qualificadas que forem discutir a questão do direito à coleta de lixo.		Realização, no dia 19 de julho de 2023, no espaço da Fundação São Joaquim, de um encontro de formação para construção de estratégias e ação jurídica/política sobre cartografia social e elaboração de mapa da cidadania relacionado ao direito à coleta de lixo. Realização, no dia 24 de julho de 2023, do georreferenciamento dos pontos onde hoje se encontram as caçambas e dos espaços de cidadania ativa local. Elaboração do documento sobre o direito à coleta de lixo contendo o mapa de cidadania.

REALIZAÇÃO



ibase
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ANÁLISES SOCIAIS
E ECONÔMICAS



PARCERIA

APOIO

**BROTA
NA LAJE**
Juventudes de Favela



IDRC • CRDI

Canada 